

Montanha e Baldios: da florestação ao PNPG num estudo caso, A Gavieira

Laura Larcher Graça*

Sara C. M. Simões**

A Montanha em Arcos de Valdevez

As Serras da Peneda e Soajo atravessam o concelho de Arcos de Valdevez, onde a montanha¹ ocupa cerca de 60% do total da superfície concelhia. Na montanha localiza-se grande parte das áreas de baldio² do concelho, 90% num total de 27 340 hectares³. Em algumas freguesias esta percentagem é superior, como é o caso da Gavieira, onde o baldio representa 94% do total da sua área, ou seja, cerca de 5 500 hectares.

Para além da elevada representação em termos de superfície, os baldios assumem nas freguesias de montanha uma importante função social. Constituem uma mais valia económica já que as suas pastagens espontâneas são o suporte alimentar dos gados, podendo constituir uma extensão da exploração de cada família que lhe permite aumentar o encabeçamento animal.

A utilização comunitária dos baldios determinou formas próprias de gestão e controlo, algumas das quais ainda hoje se mantêm. As comunidades locais organizam-se para o

Este artigo foi elaborado no quadro de execução do PARLE/INIAP, Projecto “Valorização de recursos e produtos regionais de qualidade em sistemas policulturais da montanha e vale no Norte do País (EDM).

Autoras, por ordem alfabética:

*Investigadora Principal do DEEESA – EAN – INIAP

**Bolsreira de Investigação do DEEESA – EAN – INIAP

¹ Classificação da DRAEDM (1993), tendo em conta critérios físicos, sociais e económicos.

² Por *baldio* entendem-se os terrenos detidos e geridos por comunidades locais e que constituem, em regra, logradouro comum, designadamente para efeitos de apascentação de gados, de recolha de lenhas ou de matos, de culturas ou outras fruições, nomeadamente de natureza agrícola, silvícola, silvo pastoril ou apícola.

³ De acordo com Inquérito aos baldios do Norte do país, no quadro do Projecto FAIR6-CT – 4111. O valor apresentado não inclui a área de baldio de 4 freguesias.

exercício dos actos de representação, disposição, gestão e fiscalização relativos aos correspondentes baldios, através de uma assembleia de compartes, de um conselho directivo e de uma comissão de fiscalização (lei nº 68/93 de 4 de Setembro).

Uma parte significativa do território de montanha de Arcos de Valdevez integra o único Parque Nacional do País, o Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG). O Parque ocupa uma área de aproximadamente 72 000 distribuídos por cinco concelhos: Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Terras de Bouro e Montalegre.

Em termos demográficos, a nível do concelho, a montanha é a zona que apresenta o mais baixo nível de ocupação humana, com uma densidade populacional de 17,88 hab/km². O sector primário é o sector de actividade mais representado na montanha, empregando metade dos seus residentes activos.

Os sistemas de agricultura predominantes assentam numa produção vegetal praticada nos socalcos e destinada essencialmente ao auto consumo – em especial a consociação milhoxfeijão – e numa produção animal já orientada para a venda. O baldio fornece pasto para os animais sustentando algumas espécies durante todo o ano, caprinos, ovinos e equinos e, no caso dos bovinos a regra é de Maio a Outubro, mas em algumas situações os animais também podem permanecer no baldio todo o ano. O baldio fornece ainda os matos para as camas dos animais, produzindo o estrume que vai depois fertilizar os campos privados; nos baldios as populações abastecem-se em lenhas para consumo doméstico. Os efectivos pecuários são constituídos por bovinos (raças autóctones Barrosã e Cachena), ovinos (raça Bordaleira), caprinos (raça autóctone Bravia) e equinos (raça autóctone Garrana). Nas freguesias de montanha concentra-se a maior parte do efectivo pecuário do concelho, 4 606 bovinos, 4 062 ovinos, 4 686 caprinos e 894 equinos representando no total concelhio, respectivamente, 56%, 47%, 72% e 77% (INE, 1999). Estes elevados efectivos pecuários relacionam-se com as extensas áreas de baldio.

Em termos de organização do espaço, desenvolveram-se neste território formas de ocupação que assentam na combinação de diferentes níveis altitudinais em tempos distintos, originando assim as *brandas*, ou seja, locais situados a cotas mais elevadas, de utilização temporária, vocacionados para a produção agrícola, pastoreio e, por vezes, estadia ou pernoita das populações.

A freguesia da Gavieira

A freguesia da Gavieira localiza-se na montanha e está totalmente integrada no Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Tem 446 habitantes (INE, 2001) distribuídos por cinco aglomerados populacionais: Tibo, Rouças, Igreja, Baleiral e Peneda, existindo neste último um Santuário de culto Mariano, o Santuário de Nossa Senhora da Peneda, forte atractivo turístico da freguesia.

À semelhança das outras freguesias de montanha do concelho, o sector primário é o mais representado em termos do número de indivíduos que emprega (55%). Os sectores de actividade, secundário e terciário, têm pesos semelhantes, 22 % e 23% respectivamente, sendo a construção civil e o comércio as actividades mais expressivas em cada um dos sectores.

A Gavieira é uma das freguesias do concelho com maior efectivo bovino, detém cerca de 15% do total concelhio (INE, 1999).

Arborização dos baldios

Ao longo do século XX duas Políticas nacionais tiveram particular incidência na montanha de Arcos de Valdevez; a Arborização dos Baldios e a criação do primeiro (e único) Parque Nacional. A primeira, nos anos 40, a Política de Arborização dos Baldios, enquadrada na Política de Florestação encetada pelo Estado Novo levou à submissão de cerca de 20 300 hectares de baldio na montanha de Arcos de Valdevez com a principal finalidade de florestação para o que foi constituído o Perímetro Florestal das Serras do Soajo e Peneda⁴ (JCI, 1941). A freguesia da Gavieira teve a totalidade do seu baldio submetido ao regime florestal, estimado pela JCI (1941) em 6 240 hectares⁵ correspondendo a 94,4% do total da área da freguesia.

⁴ Este Perímetro Florestal incluía baldios pertencentes a freguesias dos concelhos de Monção, Melgaço e Arcos de Valdevez.

⁵ Este valor é superior à área do baldio apurada nos trabalhos recentes. Na origem desta diferença poderão estar falhas no apuramento de 1941 e também poderá ter ocorrido diminuição da área do baldio, devido a apropriações por particulares.

Para além das florestações, outras acções foram também previstas, nomeadamente ao nível da caça, pastagens, gados e infra-estruturas, sendo a construção e melhoria de rede viária e a edificação de casas que alojariam os guardas florestais as obras previstas mais relevantes (DGSFA, 1944).

Com esta intervenção do Estado nos baldios pretendia-se tornar produtivos espaços considerados incultos. Na Serra da Peneda considerou-se apta para florestar mais de 96% do total da área de baldio, havendo casos, como a freguesia da Gavieira, onde esse valor subia a 99,8%. Não obstante, outras funções dos baldios foram reconhecidas importantes no suporte das actividades destas comunidades serranas, nomeadamente pastoreio de gados, corte de matos e lenhas e fabrico de carvão.

Na época da florestação as famílias destas áreas viviam sobretudo da agro-pastorícia, actividade possível graças à extensão dos seus baldios já que as áreas privadas eram muito reduzidas. O milho era a principal cultura e a produção pecuária, que assumia enorme relevância nas freguesias de montanha, compreendia as espécies bovina, ovina e caprina.

O Projecto de Arborização deste Perímetro Florestal, apresentado e iniciado em 1944, continha os primeiros elementos para a criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês, que viria a concretizar-se em 1971. Na descrição da região destacava-se a sua grande riqueza em termos de biodiversidade, devidamente comprovada por cientistas da época. Expressavam-se desde logo preocupações quanto à protecção dos valores naturais da região.

Ao contrário do que sucedeu na maior parte dos baldios arborizados do país, com utilização massiva do pinheiro bravo, nesta região a arborização preconizada assentava, essencialmente, na reconstituição da flora primitiva. Propunha-se a divisão da área a intervir (DGSFA, 1944) nas seguintes fracções⁶:

Área de sementeira	9 165 hectares
Área de plantação	17 250 hectares
Área a arborizar com bosquetes	5 700 hectares
Área a reservar	2 365 hectares
TOTAL	34 480 hectares

⁶ Não se englobam os tractos reservados pela JCI, num total de 1 052 hectares.

Nunca se apurou a área efectivamente florestada que foi, na freguesia da Gavieira, com certeza, pequena. Num estudo recente (Pacheco, 2004), apurou-se que no ano 1965 a área arborizada correspondia a cerca de 17% da área total do baldio⁷, ou seja, 923,4 hectares, tendo ocorrido, segundo o mesmo trabalho, uma diminuição da área arborizada até o ano 2000, ano em que esta ocupava pouco mais de um décimo do total do baldio, 580 hectares. Esta redução poderá ter sido devida a incêndios florestais sem posterior rearborização.

A criação do Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG)

Na sequência de estudos e iniciativas de silvicultores portugueses, apoiados pela comunidade científica botânica, que apontavam esta região como privilegiada para a criação de um Parque Nacional dada a sua riqueza em valores naturais e culturais e paisagens rurais humanizadas de destacada importância, foi criado o Parque Nacional da Peneda-Gerês em 1971, pelo D.L. 187/71 de 8 de Maio. A consagração internacional do ano de 1970 à “Conservação da Natureza” terá apressado o processo.

Acompanhava-se, assim a tendência que vinha sendo seguida no resto da Europa, com cem anos de atraso relativamente aos EUA (onde nasceram estas correntes de pensamento e onde se criou o primeiro Parque Nacional, em 1872). Reconhecia-se indispensável a criação de instrumentos próprios para proteger a Natureza, promover a integridade do ambiente, preservar patrimónios culturais e paisagísticos e propiciar espaços de interesse científico e lúdico.

José Lagrifa Mendes, destacado silvicultor, protagonizou a reflexão e a concepção do PNPG e viria a ser o seu primeiro director, entre 1971 e 1975.

Aos objectivos clássicos dos Parques Nacionais com âmbitos essencialmente conservacionistas acresciam outros que visavam a promoção sócio-económica das populações residentes.

⁷ A área total de baldio apurada neste trabalho foi de 5 361 hectares, valor inferior em 879 hectares relativamente à avaliação feita pela JCI em 1941. A avaliação de Pacheco (2004) baseou-se na foto interpretação dos ortofotomapas de 1965 e 2000, da freguesia da Gavieira, tendo sido realizadas também verificações no terreno relativas à fotointerpretação do voo de 2000.

O Plano de Ordenamento do PNPG e respectivo regulamento viriam a ser aprovados mais de duas décadas depois, em Resolução do Conselho de Ministros nº134/95, de 11 de Novembro de 1995.

O modelo proposto diferenciava-se daqueles que vinham sendo aplicados nos EUA e em alguns países da Europa (onde as áreas classificadas como Parques Nacionais não eram habitadas nem intervencionadas pelo Homem). As Serras da Peneda e Gerês, fortemente humanizadas, inseriam-se numa nova concepção de Parque Nacional, que desde logo foi aceite e reconhecida pela UICN (União Internacional da Conservação da Natureza), que entendeu que o património natural e cultural do território do Parque assumia um valor notável e que este valor, conjugado com os objectivos dirigidos para a conservação, estudo e aproveitamento equilibrado dos recursos em causa, justificava a classificação de Parque Nacional.

A nova concepção de Parque Nacional

Ao longo de cerca de quatro décadas, a comunidade científica portuguesa, nomeadamente silvicultores e arquitectos paisagistas, debateu o tipo de classificação para as Serras da Peneda e Gerês, ponderando a criação de um Parque Natural ou de um Parque Nacional. O primeiro, defendido pela classe dos arquitectos paisagistas, onde se destacaram Fernando Caldeira Cabral e Fernando Santos Pessoa⁸, encontrava fundamentos na sua condição de espaço fortemente humanizado. A este respeito escreveu Caldeira Cabral (1963), “... *os principais objectivos dos Parques Nacionais são conservar paisagens primitivas pouco ou nada humanizadas e tomar as medidas necessárias para pô-las ao serviço para fins educativos e de recreio, não será fácil encontrar na Europa áreas despovoadas nem paisagens primitivas que servissem estes objectivos.*”

Os defensores da criação de um Parque Nacional, entre os quais se destacou o entusiasta José Lagrifa Mendes, propuseram uma nova concepção de Parque Nacional que integrasse os condicionalismos existentes, para que fosse internacionalmente admitida a

⁸ Fernando Caldeira Cabral, Professor do ISA e um dos fundadores da Arquitectura Paisagista em Portugal, Fernando dos Santos Pessoa, Presidente do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico de 1976 a 1980.

atribuição dessa classificação a um território com cerca de 100 aglomerados populacionais e 15 000 habitantes.

Prevaleceu a proposta de criação de um Parque Nacional com duas áreas distintas: o Parque propriamente dito e o Pré-Parque (conceito desenvolvido principalmente em França), sendo a primeira a zona não habitada, constituída por espaços naturais onde os objectivos de conservação dos valores naturais se sobrepunham a todos os outros, representando um terço do total da área do PNPG. A área designada de Pré-Parque ou Zona de Protecção seria a parte do território habitada e explorada pelo homem, funcionando como zona de “tampão” em relação à primeira e constituída por espaços de protecção paisagística e espaços de turismo, onde seriam permitidas actividades ligadas ao recreio e ao desenvolvimento sócio-económico.

A solução encontrada, com diferentes níveis de protecção e de intervenções foi bem aceite pela comunidade científica. De acordo com Moreira da Silva,⁹ foi uma forma inteligente de afastar da região a proteger as pressões de carácter turístico e urbanístico que os Parques Nacionais sofrem na generalidade.

Esta solução viria a ser recomendada na II Conferência Mundial de Parques, reunida no Parque Nacional de Grand Teton, EUA, em Setembro de 1972.

O PNPG visto pela população da Gavieira

A respeito das relações da população residente com o PNPG, refere Freitas¹⁰ *et al* (2002) “...o contexto e o processo históricos que conduziram à criação do PNPG, (...) não se alicerçaram no diálogo e envolvimento das populações locais. O Parque Nacional não surge como resposta a uma necessidade de conservação e valorização do património natural e cultural sentida pelas populações mas, pelo contrário, surge como algo alheio aos seus interesses e que lhes é, de certo modo, imposto. O sentimento que se gerou não foi, ainda, completamente ultrapassado por razões multivariadas.”

Num estudo recente de Santos *et al*, (2003) reconheceu-se insatisfatório o processo de comunicação entre os serviços do Parque e as populações locais, situação considerada

⁹ Engenheiro Silvicultor, Director do PNPG no período de 1975 a 1980

¹⁰ Director do PNPG no período de 2000 a 2003.

pelos autores como um estrangulamento na região do PNPG. Os autores consideraram que o estabelecimento do diálogo entre as partes e as autarquias e a cooperação destas e o PNPG poderiam contribuir para uma melhoria das condições de vida das populações e para uma mais rápida e melhor resolução de eventuais situações de discórdia.

Num estudo que efectuámos na freguesia da Gavieira, depois de um levantamento exaustivo onde se recolheram elementos relativos à actividade das famílias e origem dos rendimentos que permitiram a elaboração de uma tipologia das famílias, procedemos à inquirição de uma amostra da sua população, tendo em vista apurar a sua relação com o Parque. Foram realizados 50 inquéritos a chefes de agregados domésticos, seleccionados com base no lugar de residência e na tipologia elaborada de acordo com as actividades dos membros do agregado doméstico e, dentro da actividade agropastorícia, segundo a sua especialidade e dimensão. Assegurou-se, desta forma, a representatividade da amostra.

O inquérito era constituído por 22 perguntas.

As conclusões mais relevantes que retiramos desta análise são:

Na sua maioria, a população desconhece o que é o Parque, quais os seus objectivos e qual a sua actuação, não lhe reconhecendo a maior parte das acções que realiza na freguesia. Verificámos também haver alguma confusão na identificação do que são obras promovidas pelo PNPG ou pelas autarquias.

Mais vulgarmente o sentido que é dado pelos habitantes da Gavieira ao PNPG é estritamente institucional. Ao falar em PNPG, aliás em Parque, as populações não lhe associam o território onde vivem, mas apenas repartição pública que impõe regras e distribui indemnizações. E as regras mais sentidas são as que se relacionam com as construções já que a maior parte das famílias teve situações conflituosas com o PNPG neste aspecto. No que diz respeito às indemnizações pelos estragos do lobo sobressai que este é um aspecto central, aquele que é sentido pela maior parte dos inquiridos como gerador de benefícios com a criação do PNPG. De facto, a importância desta medida ilustra-se com os valores que se apresentam: -do total de indemnizações pago no concelho nos anos de 2000 e 2001, só a freguesia da Gavieira recebeu cerca de 35% desse montante, ou seja, cerca 22 300 contos (111 231,00 euros).

O baldio e os compartes

Na mesma freguesia da Gavieira realizou-se, no quadro de execução de outro projecto¹¹, um estudo sobre a relação de uma comunidade com o seu baldio, procurando-se identificar a estrutura económica que lhe está associada, os problemas sentidos no seu uso e o grau de controlo tradicional. Seleccionou-se um lugar da freguesia e inquiriu-se a totalidade dos seus compartes, considerando-se um compartes por agregado doméstico. Por compartes entende-se todo o morador de uma ou mais freguesias ou parte delas que, segundo os usos e costumes, têm direito ao uso e fruição do baldio (Lei dos Baldios, Lei n.º 68/93 de 4 de Setembro).

A escolha incidiu no lugar do Baleiral, que tem 47 habitantes distribuídos por 22 agregados domésticos, dos quais 75% tem bovinos. Além dos inquiridos aos compartes foi realizada uma entrevista a um elemento do conselho directivo, o único compartes do Baleiral eleito para este órgão.

Das conclusões deste estudo, apresentamos as principais:

- A comunidade do Baleiral tem uma forte dependência do baldio. A totalidade dos bovinos da comunidade pastoreia no baldio durante a época estival e a quase totalidade destes produtores refere que essa utilização do baldio é essencial para a sua subsistência. As outras utilizações mais referidas – recolhas de matos e lenhas – foram consideradas essenciais por um número menor de utilizadores.
- Nos principais problemas sentidos no uso deste espaço comunitário, os mais referidos foram aqueles que dizem respeito a utilizações mais intensas e alargadas (e cada vez mais afastados dos usos tradicionais) por parte de compartes de lugares vizinhos.
- Existe um forte sentimento colectivo em torno dos usos do baldio, e a quase totalidade dos inquiridos considera que para o futuro é essencial que se mantenham os usos tradicionais do baldio.

¹¹ Trabalho da responsabilidade do Instituto Superior de Agronomia, no quadro do Projecto FAIR 6 CT 98 – 4111 “Propriedade e Gestão Comunal e suas Implicações para o Desenvolvimento Rural das Zonas Periféricas”.

Evolução demográfica e evolução dos efectivos pecuários

População

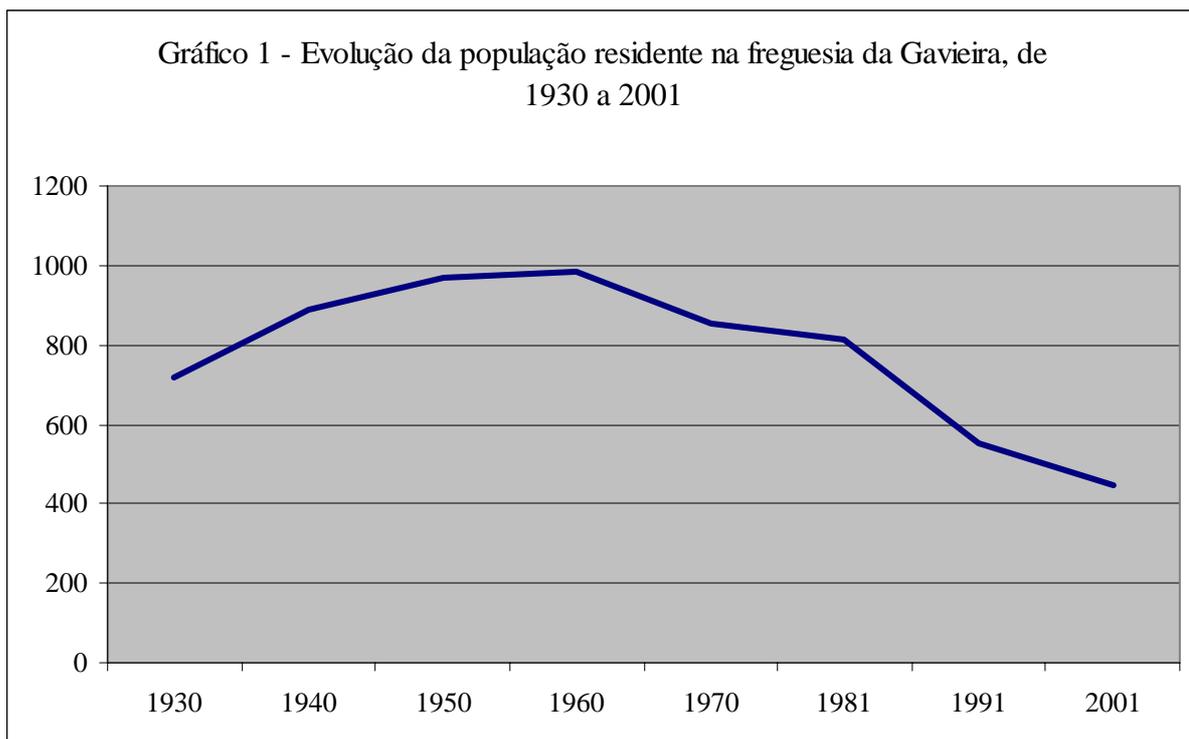
Alguns autores estabeleceram uma relação directa entre a florestação dos baldios e correntes emigratórias das áreas montanhosas. Esta tese também foi defendida por Medeiros (1984) para a Serra da Peneda.

No plano da evolução demográfica, pode-se constatar que na freguesia da Gavieira, no século XX, o decréscimo populacional só começou a verificar-se a partir dos anos 60, motivado sobretudo pelas saídas para a emigração, em especial para a Europa. Aliás, a Gavieira acompanhou, regra geral, as tendências concelhias, mas na freguesia as quebras populacionais iniciaram-se quase com uma década de atraso. (vide gráficos 1 e 2).

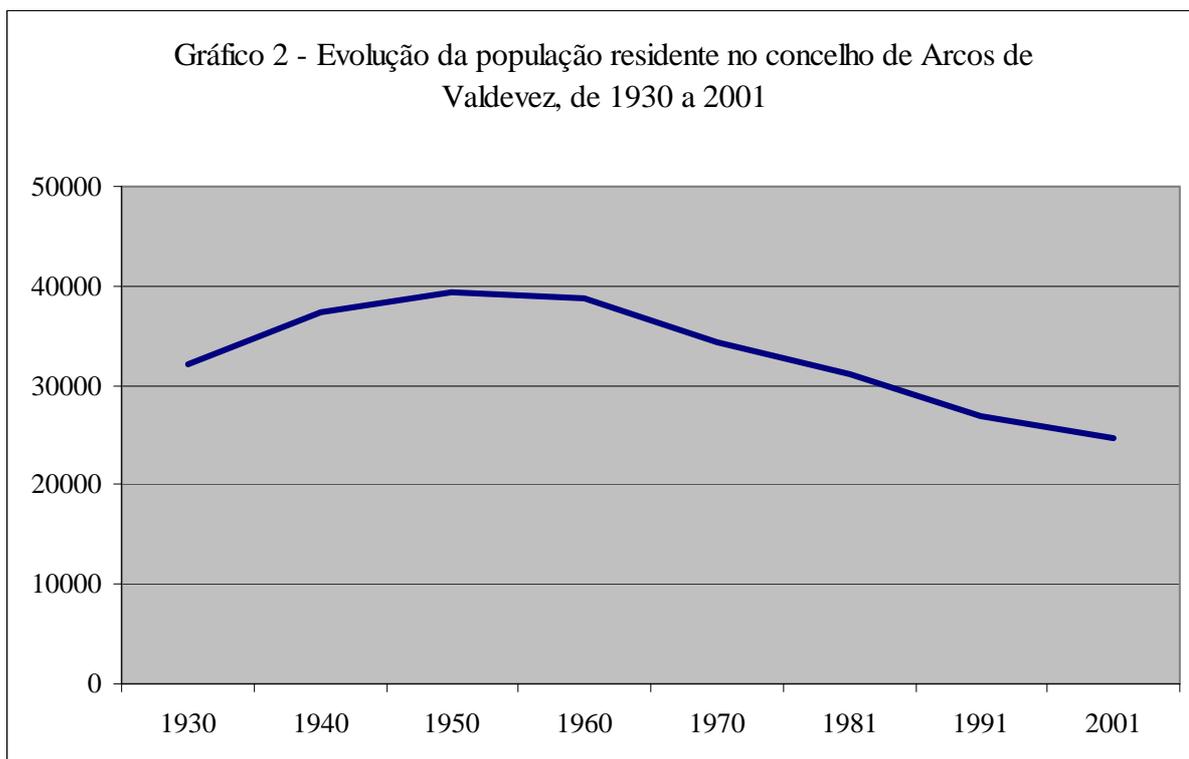
Nesta freguesia a regressão populacional vem registando desde os anos 80 a sua maior intensidade, facto que poderá relacionar-se com a abertura das fronteiras europeias e com as facilidades decorridas da abolição, em 1988, do passaporte do emigrante. Ocorreu a saída da segunda geração de emigrantes, muitas vezes familiares que se dirigiram para junto dos que já lá se encontravam.

Num estudo realizado sobre a região do PNPG (PNPG *et al*, 2003), concluiu-se que a evolução demográfica das freguesias do Parque desde 1864 seguiu, sem desvios significativos a dinâmica demográfica do território nacional e dos concelhos em que se inserem, ocorrendo uma forte emigração nas décadas de sessenta e setenta, acentuando a assimetria litoral/interior que se formara a partir de 1940. Foi sobretudo a partir da década de sessenta que as evoluções ocorridas na maior parte das freguesias do PNPG se afastam da tendência nacional e acompanham as das regiões do interior norte e centro.

No entanto, na Gavieira a quebra demográfica na década de setenta (-4,9%), foi muito inferior à do concelho (-9,3%) e teve origem no crescimento de dois lugares, Rouças e Igreja, com crescimentos de 45,1% e 30,9%, respectivamente. A construção de uma estrada ligando estes dois lugares à sede do concelho não foi com certeza alheia a estas situações particulares, mas os seus efeitos foram de curta duração. Na freguesia e em todos os seus lugares retomou-se na década seguinte a dinâmica de desertificação.



Fonte: INE



Fonte: INE

Gados

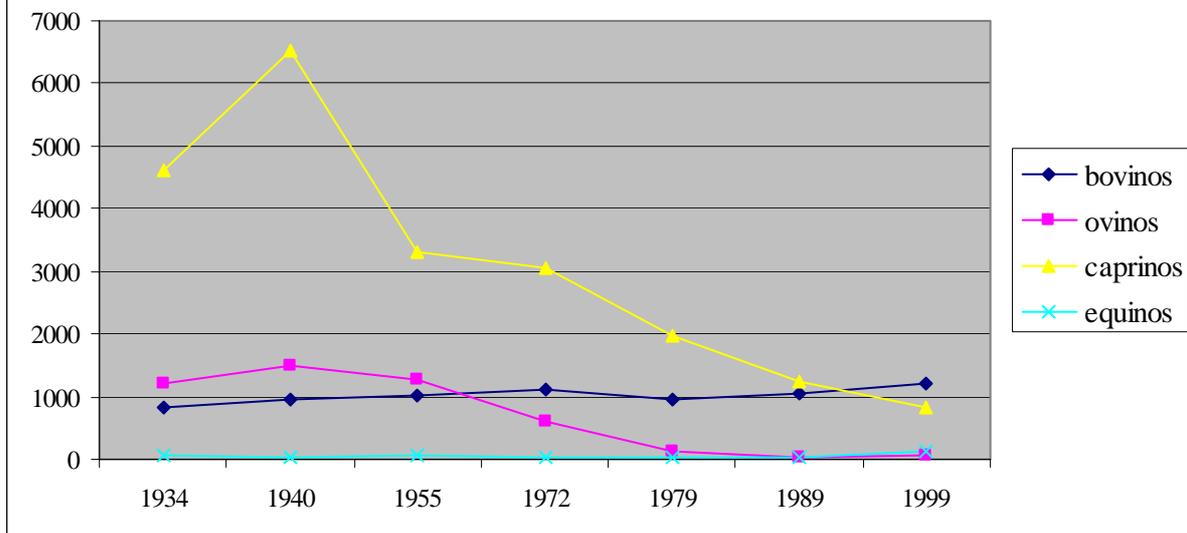
À Política de Arborização dos Baldios foram apontadas responsabilidades pela recessão económica que se fez sentir nas áreas por ela abrangidas, atendendo à diminuição dos pastos e conseqüente redução de efectivos pecuários. O mesmo julgamento foi feito para a Serra da Peneda embora as áreas arborizadas aqui tenham sido muito reduzidas.

Verificámos que, no que respeita à evolução dos gados na freguesia da Gavieira, destacou-se a diminuição de pequenos ruminantes (caprinos e ovinos) a partir de 1940 e que ainda se mantém, sendo a mais acentuada a dos caprinos entre 1940 e 1955. Esta variação acompanhou a tendência concelhia (vide gráficos 3 e 4). O ano de 1955 poderia ser considerado excepcional, atendendo ao Inverno rigoroso que ainda hoje é recordado. De acordo com um habitante da Gavieira, nesse ano registaram-se numerosas mortes de caprinos devido ao frio e escassez de pasto nos montes. Nesta freguesia registou-se uma diminuição de cerca de 50% deste efectivo, dos cerca de 6500 animais em 1940 passou-se a cerca de 3300 em 1955. Mas tenha-se em conta que não houve reposição dos efectivos e o decréscimo continuou.

No estudo que realizámos na freguesia, baseado fundamentalmente em entrevistas a antigos funcionários dos Serviços Florestais – operários, antigos guardas florestais e dirigentes – e na consulta de arquivos, nomeadamente imprensa regional e actas de assembleias municipais, constatámos que a ocupação dos baldios do concelho pela floresta decorreu sem grandes perturbações de carácter social, não havendo memória de situações de conflito assinaláveis.

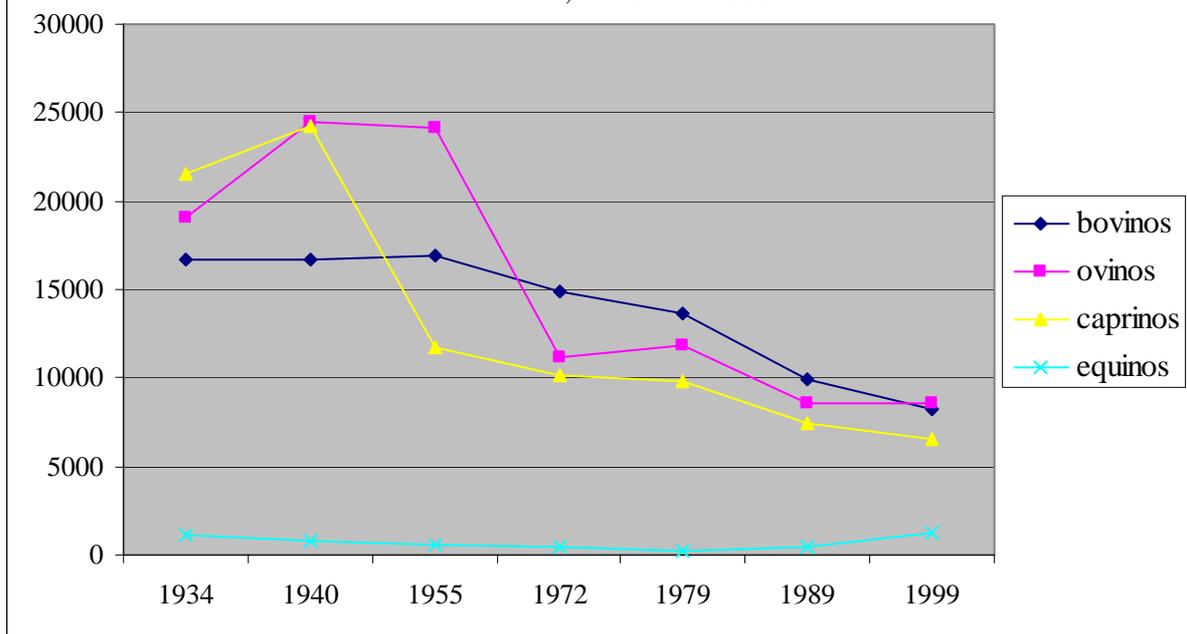
A regressão verificada no efectivo caprino nas freguesias de montanha, onde se concentra esta espécie, pode estar ligada à diminuição de zonas de pastoreio livre devido à ocupação dos espaços baldios para arborização pelos Serviços Florestais, que iniciaram os seus trabalhos nesta região por volta de 1945. Mas será necessário ter presente que, com o início das arborizações e trabalhos associados, também apareceram novas possibilidades de emprego, sobretudo para os membros mais novos das famílias (o grupo que frequentemente acompanhava os rebanhos pelas serras).

Gráfico 3 - Evolução dos efectivos pecuários na freguesia da Gavieira, de 1934 a 1999



Fonte: INE

Gráfico 4 - Evolução dos efectivos pecuários no concelho de Arcos de Valdevez, de 1934 a 1999



Fonte: INE

O gado bovino teve uma evolução distinta, tendo vindo a aumentar desde 1940, apenas registando um ligeiro decréscimo na década de 70. Esta evolução não acompanhou a tendência concelhia, onde o efectivo bovino tem vindo a regredir desde 1955. Nos gráficos 3 e 4 pode seguir-se a evolução contrastada entre a freguesia da Gavieira e o concelho. De 1955 a 1999 o concelho regista uma acentuada quebra no efectivo bovino, 51% enquanto que na Gavieira houve um aumento de 19%. Estes valores apontam para uma especialização desta freguesia – acompanhada por outras de montanha – na produção extensiva de bovinos (Silva e Fragata, 2004).

A existência de políticas comunitárias veiculadas pelo Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas que visam a manutenção das famílias agrícolas e, simultaneamente a promoção de processos produtivos concertados com a preservação do ambiente, como forma de garantir um desenvolvimento equilibrado das zonas rurais, terão contribuído para as evoluções ocorridas nos últimos anos, desde 1992, nos bovinos e equinos. Não foram delineadas para áreas de montanha, mas estas beneficiaram por arrastamento.

Destacam-se as Ajudas Comunitárias aos Produtos Animais, nomeadamente Prémio às Vacas Aleitantes e Prémio Especial aos Bovinos Machos e ainda, dentro do Programa de Desenvolvimento Rural, as Indemnizações Compensatórias e as Medidas Agro-Ambientais, nomeadamente a manutenção de raças autóctones de bovinos (cachena e barrosã) e equinos (garrana). Só na freguesia da Gavieira, na campanha 2000/2001, 62 agricultores receberam cerca de 140 000\$00 (698,00€) cada de Indemnizações Compensatórias; 91 beneficiaram do Prémio às Vacas Aleitantes, recebendo cada um cerca de 311 000\$00 (1 551,00€) e 47 auferiram cerca de 100 000\$00 (498,00€) cada referente ao Prémio Especial aos Bovinos Machos (ADERE-PG *et al*, 2004).

A existência de uma indemnização veiculada pelo PNPG no caso de ataques do lobo aos gados (com início em 1971, ano da criação do PNPG) terá também contribuído (ainda que marginalmente) para as alterações ocorridas a nível da constituição dos efectivos pecuários, mas contribuiu sobretudo, para as suas novas formas de maneio.

Conclusões

O estudo efectuado na freguesia da Gavieira revelou que as duas Políticas Nacionais de vulto, dirigidas muito especialmente às nossas áreas de montanha, a Política de Arborização dos Baldios e a Política de Conservação da Natureza com criação do PNPG – esta de particular incidência na região onde foi centrado o nosso trabalho – não apresentam aqui assinaláveis efeitos nas dinâmicas ocorridas, quer na população quer nos seus gados, com excepção dos caprinos.

A dinâmica populacional confirma observações locais. Território de excepcional qualidade em património (paisagem, recursos biológicos, etc.), mas com fortes constrangimentos ao exercício das actividades tradicionais, não tem vindo a permitir aos seus residentes ganhar aqui o sustento e o das suas famílias. Procuram em lugares longínquos os meios de sobreviverem. Assim, quando surgem possibilidades de trabalho em outros países, quando se abrem fronteiras, são muitos os que partem. Apenas alguns voltaram, com um pequeno pecúlio, para aqui acabarem os seus dias.

Sendo já reconhecidas as excepcionais potencialidades deste território para assegurar um desenvolvimento socio-económico baseado num turismo de qualidade com várias vertentes e em estreita articulação com uma agricultura e pecuária de produtos de alta qualidade, o processo de desertificação mantém-se.

Com a criação do PNPG fixaram-se objectivos de desenvolvimento sócio-económico das populações residentes. E algumas acções foram desenvolvidas, mas desgarradas e sem continuidade e sempre com escasso diálogo (ou nenhum) com a população residente. No caso particular da Gavieira que aqui apresentamos, não só a população não identifica os investimentos realizados através do PNPG, como considera que o facto de residirem nesta área protegida lhes acarreta custos acrescidos, pelas restrições específicas a que ficaram sujeitos.

No quadro de execução de um recente projecto ID¹² foram desencadeadas na Gavieira algumas acções ou propostas. Entre estas a mais inovadora consistiu no apoio à constituição de uma associação local de bovinicultores e caprinicultores que tinha por principal finalidade a construção de estábulos associativos. Com muitas dificuldades a

¹² Projecto PAMAF- IED 0036 “ Desenvolvimento Agrícola Sustentável: Metodologia e Definição de Critérios de Intervenção em Zonas de Montanha.” 1997-1999.

direcção do PNPG aceitou a proposta de construção destes estábulos. Mas a Associação local foi derrotada por um intrincado processo de leis, repartições, despachos. Os estábulos continuam por construir com um primeiro efeito já claro: desapareceu a caprinicultura na Gavieira.

Num artigo (Houth 1998) citado por Azevedo (Azevedo, 2000) já foi identificado que um número elevado de Instituições influentes nas áreas protegidas é frequentemente causa de bloqueios.

O desenvolvimento em áreas marginalizadas, protegidas ou não, não se faz apenas com Leis, Regulamentos, Financiamentos. A participação da população local é imprescindível, como o é uma forte vontade política articulada nos vários níveis de poder.

Bibliografia citada

- ADERE-PG *et al.* (2004). *Plano de Acção do Projecto Dinamização a Apoio ao Desenvolvimento Sustentável na Área do Parque Nacional da Peneda-Gerês*. ADERE-PG, Ponte da Barca, 2004.
- AZEVEDO, C. (2000). O Turismo em Áreas Protegidas e a População Residente – uma aplicação ao caso do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Projecto final de curso, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2000.
- CALDEIRA CABRAL, F. (1963). *Parques Nacionais* (documento policopiado). Lisboa, 1963.
- DGSFA (1944). *Projecto de Arborização do Perímetro Florestal das Serras do Soajo e Peneda*. DGSFA, Lisboa, 1944
- DRAEDM (1993). *Plano de Desenvolvimento Agrário da Regional do Vale do Lima*. Volume 1 – Caracterização da zona de incidência do PDAR. Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, 1993.
- FREITAS, M. *et al* (2002). *A Participação Pública na Revisão do Plano de Ordenamento do PNPG como forma de Educação Ambiental e para a Sustentabilidade*”. Painel apresentado ao Congresso Nacional “Desenvolvimento Sustentável em Áreas de Montanha”. Caldas do Gerês, 2002.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, INE (1964). *X Recenseamento Geral da População*. Tomo 1. Vol. I. *Prédios e Fogos, População. Dados Retrospectivos*. Lisboa. Julho, 1964.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, INE. *XI, XII, XIII, XIV Recenseamentos Gerais da População*, 1970, 1981, 1991, 2001. Lisboa.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, INE. (1934). *Arrolamentos Gerais de Gados e Animais de Capoeira*, 1934. Lisboa.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, INE. (1940). *Arrolamentos Gerais de Gados e Animais de Capoeira*, 1940. Lisboa.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, INE. (1955). *Gados e Animais de Capoeira*, 1955. Lisboa.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, INE. (1972). *Arrolamento Geral de Gado*, 1972. Lisboa.

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, INE (1979). *Recenseamento Agrícola do Continente*, 1979. Lisboa.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, INE (1999). *Recenseamentos Gerais da Agricultura de 1989 e 1999*. CD Rom.
- JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA, JCI (1941). *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados*. JCI, Lisboa, 1941.
- MEDEIROS, I. (1984). *Estruturas Pastoris e Povoamento na Serra da Peneda*. Estudos de Geografia Humana e Regional. Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, Lisboa, 1984.
- PACHECO, F. (2004). In PARIPIPI / Projecto “*Valorização de recursos e produtos regionais de qualidade em sistemas policulturais da montanha e vale no Norte do País (EDM)*”. Relatório de actividades semestre 5. DRAEDM. (mimeo)
- PNPG *et al.* (2003). *Plano Zonal do Parque Nacional da Peneda-Gerês*. Braga, 2003.
- SANTOS, J. C. M. *et al.* (2003). *Observatório das Dinâmicas e Bloqueios de Desenvolvimento das Zonas Rurais da Região Norte. Áreas Protegidas*. IDARN, Guilhabreu, 2003.
- SILVA, I.; FRAGATA A. (2004). *Tendências recentes na agricultura de Arcos de Valdevez: declínio geral e sinais de resistência nos bovinos de carne*. Comunicação